

Relutem em deixar o meu escritório à época, bastante próspero. Foi na expectativa de servir, discretamente, na medida das minhas forças, à administração do Estado em que nasci e ao amigo que me convocava e que não abandonou.

O deputado Germinal Feijó estranha a "enormidade" do meu patrimônio, por ele avaliado em generosas milhões de cruzeiros. A estranheza desaparece no dia em que o deputado se der ao esforço do trabalho contínuo, exaustivo, profícuo e honrado a que o habilita o título de bacharel.

Esse patrimônio que o incomoda, que o espanta, que o inquieta, eu o formei, quase todo, antes de participar da Administração Pública. Ao ingressar nesta, aliás, conservei o meu escritório aberto, como me era lícito, embora com as limitações decorrentes das minhas novas funções. As datas de cada negócio constam expressamente das fotocópias dos registros imobiliários que, com esta, remeto a "O Cruzeiro".

De outra parte, quero tornar público que não mereço os qualificativos que o deputado Germinal Feijó me confere de "seu companheiro de lutas antigas". Não comunguei, nunca, das tendências político-filosóficas do aludido parlamentar. Não me desviei delas porque com elas jamais estive.

Merece, por igual, imediata retificação o trecho do discurso do deputado Onofre Gusuen no qual estadeia brasões de um jânismo decepcionado que o ex-prefeito de Franca não possui.

O senhor Onofre Gusuen participou da campanha governamental de 1954. Tinha os olhos postos na Prefeitura, da nossa cidade de Franca, e a empolgou, no ano seguinte, graças ao prestígio de Jânio Quadros. Não tardou se separasse do seu protetor político e o pretexto invocado não o recomendava aos homens esclarecidos. A lei mandava pasteurizar o leite vendido em Franca. O senhor Onofre Gusuen, ou por não acreditar na lei, ou por não acreditar em Pasteur, se opôs à medida. O Governo Estadual careceu chamá-lo à razão e o fez contundentemente. Não há, neste Estado, quem não se lembre do episódio.

Por volta de 1956, o senhor Onofre Gusuen já se filiara ao PSP e pugnava pela candidatura do senhor Adhemar de Barros.

Em 1960, fez-se ardoroso partidário da candidatura do Marechal Lott, à Presidência da República.

Não se trata, portanto, de um jânista decepcionado com o comportamento do ex-Presidente.

Na melhor das hipóteses, o meu detrator é um oportunista. Inscreve-se, como tantos outros, na categoria dos que parasitaram a popularidade de Jânio Quadros, com o escopo de realizar as suas próprias ambições políticas.

A preocupação de combater o ex-Presidente indica a causa da atoarda à volta do meu nome.

O alvo, em verdade, não sou eu. É, indubitavelmente, o senhor Jânio Quadros, cujo prestígio atemoriza a muita gente. E isto me compensa o travo que sempre fica, como ressaibo, das despropositadas adlevosias.

Sinto-me bem, ao lado do ex-Presidente, maxime longe do Poder.

Agradeço aos deputados Araripe Serpa, Arruda Castanho, Mendonça Falcão e Farabullini Júnior, mencionados por esse semanário, e aos outros parlamentares não relacionados na publicação, as manifestações de lealdade e de solidariedade, dispensadas a um velho companheiro.

Atenciosamente,

a) Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Jethero de Faria Cardoso.

O SR. JETHERO DE FARIA CARDOSO — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, o "Estado de São Paulo" publica hoje, numa das suas principais sessões, nota dando a entender que o Poder Executivo pretende elevar de 4,8 para 5% o imposto sobre vendas e consignações, baseado na necessidade de aumentar os servidores do Estado.

Ora, Srs. deputados, após apresentar o aumento dos servidores do Estado à indicação da opinião pública, como causador e como empecilho para a execução de grandes obras, que aliás só existem no papel, o Sr. Governador vem agora, com mais esse monstro, considerado como o fator principal da elevação do custo de vida, qual seja, a elevação dos impostos. E que motivo toma para apresentá-lo perante a opinião pública? Aquêlles mesmo que usou dias antes de tomar posse: a necessidade de se ajustar os salários dos servidores do Estado.

Isso não corresponde à verdade. O Estado está com excesso de arrecadação de 20 bilhões de cruzeiros. Da mesma forma que mentiram da outra vez, elevando de 3,4 para 4,8 e não aplicando a arrecadação do imposto no reajustamento, pretende ele agora agir, sob a capa de elevação de vencimentos e salários dos funcionários. S. Exa. não depende mais de elevar o imposto de vendas e consignações. E o que considera em nota o "Estado de São Paulo".

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Costabile Romano.

O SR. COSTABILE ROMANO — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, em entrevista feita à imprensa desta Capital, o Sr. Nestor Jost, Diretor da Carteira Industrial do Banco do Brasil, teve oportunidade de se manifestar sobre importante questão que interessa profundamente ao desenvolvimento e à produção em geral. S. Sa. abordando o problema da inflação e o combate que o Governo Federal pretende levar a efeito para atenuá-la, não deixou de examinar a importante e candente questão do crédito privado.

São suas as seguintes palavras: "Quanto ao financiamento é preciso que se faça algo para contribuir no sentido do desenvolvimento nacional, começando pela lavoura e terminando na indústria. Devemos utilizar os recursos disponíveis para promover o aumento da produção e da produtividade. É preocupação do Governo combater a inflação, mas não vai fazê-lo de modo a prejudicar a assistência creditícia à produção."

Neste sentido, as palavras do deputado Nestor Jost assumem o caráter de um pronunciamento importante e decisivo. E não é para menos, Srs. deputados, isto porque todas as vezes que os governos anunciam medidas contra a inflação, pelo menos tem sido assim no Brasil, sempre o estribilho das restrições ao crédito privado.

O combate à inflação no Brasil tem sido sempre tentado à custa do restrição do crédito aos setores privados da produção, e tem sido sempre tentado de maneira irracional. Restringe-se o crédito em termos radicais. Os resultados não se fazem esperar. Sob o influxo da restrição, as atividades produtoras e comerciais reduzem o seu trabalho. Vem o clamor público e as autoridades monetárias são obrigadas a voltar atrás, forçadas a facilitar o crédito em termos os mais expansivos, provocando então um novo sópro inflacionário, sem atingir o seu objetivo.

Estas tentativas têm custado muito caro ao nosso organismo econômico, que sofre periódicas crises de depressão, provocadas pela falta de financiamento às atividades produtivas. Não deixa de ser, portanto, otimista e alentadora a entrevista do Sr. Nestor Jost que, no atual governo, exerce função de responsabilidade, exatamente em setor específico do nosso principal estabelecimento de crédito da União, o Banco do Brasil. Para produzir, para aumentar as fontes de produção, o Governo Federal não deve ter receio algum em emitir.

Emitir para produzir é saudável e benéfico ao progresso do país. Portanto, o financiamento e o crédito à produção privada ao invés de ser diminuído ou restringido deve ser, isto sim, amplamente possibilitado e facilitado pelo Governo da União.

Era o que tínhamos a dizer, aplaudindo a entrevista do deputado Nestor Jost e fazendo votos para que seja colocada em prática ativamente.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Gustavo Martini.

O SR. GUSTAVO MARTINI — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, inicialmente, em nome do Partido Rural Trabalhista, desejamos nos solidarizar com a homenagem que nesta Casa prestou o nobre deputado Francisco Franco ao ilustre extinto Maximiliano Gimenez, falecido ontem nesta Capital, que, além de suas qualidades de homem público e extraordinário administrador, era um grande desportista, em cujo setor tivemos a satisfação de privar com o mesmo.

A Maximiliano Gimenez a nossa sentida homenagem e à sua família as condolências da bancada do Partido Rural Trabalhista.

Outro assunto, Sra. Presidente, é a respeito do Entrepósito de Pesca de Itanhaém. Desejo fazer um apelo ao Sr. Secretário da Agricultura, a fim de tomar providências urgentes no sentido de pôr em funcionamento o Entrepósito de Pesca de Itanhaém, que pode, de certa forma, em parte, resolver o problema do pescado no Litoral Sul.

Este o apelo que dirigimos ao Sr. Secretário da Agricultura, certos de que, com o seu descortino e o seu grande senso de administração, envidará todos os esforços para colocar em perfeito funcionamento aquele Entrepósito, em benefício do Litoral Sul do nosso Estado.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Semi Jorge Resegue. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Germinal Feijó. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Nunes Júnior. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luciano Nogueira Filho.

O SR. LUCIANO NOGUEIRA FILHO — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, com surpresa deparei hoje, ao ler os matutinos, com requerimento do nobre deputado Augusto do Amaral solicitando fosse incluído na convocação extraordinária a emenda constitucional que visa a instituir imediatamente o parlamentarismo no Estado de São Paulo. Estranhamos,

porque esta convocação extraordinária, que obedece naturalmente às exigências regimentais, foi, no entanto, objeto de numerosos entendimentos entre os Srs. deputados, de acordo com o que ficou estabelecido que cada membro desta Casa poderia incluir, na convocação, dois projetos de lei, além dos projetos do Governo tacitamente incluídos, sobretudo aqueles de vital importância, inclusive o do aumento do funcionalismo e a lei sobre medidas de caráter financeiro, que, embora sob nossa crítica, reconhecemos ser dos mais importantes projetos de lei em debate nesta Casa, e, portanto, deve figurar na convocação extraordinária.

O requerimento do nobre deputado Augusto do Amaral é regimental. Não tenho nada a opor, mas ele se choca com os entendimentos havidos nesta Assembleia e, portanto, não deveria ter sido apresentado para discussão e deliberação nesta convocação extraordinária, a não ser sob a forma de indicação feita por um deputado anteriormente à convocação.

Sei que não tenho meios regimentais de impedir que tal providência seja requerida, porque os documentos foram apostas assinaturas em número regimental. Mas não concordo com a fórmula encontrada, que está muito parecida com a fórmula da aprovação do projeto na Comissão de Justiça, que teve sua discussão e deliberação feita de surpresa, pois que lá não estavam presentes justamente os deputados que se opõem a esta discussão, (muito bem!) a esta implantação do parlamentarismo. Não que pretendêssemos obstruir a discussão do parecer na Comissão, mas queríamos pedir vista, como nos faculto o Regimento Interno, para melhor estudarmos o parecer do deputado Anacleto Barbosa, que ainda não conhecemos, pois iremos lê-lo somente agora depois de publicado, já que nos foi subtraído este direito regimental por via dessa reunião feita de surpresa e que a todos os contrários à imediata implantação do parlamentarismo em São Paulo surpreendeu.

Por isto digo que essa inclusão agora, na convocação extraordinária, se assemelha muito àquela aprovação na Comissão de Justiça, o que nos leva a uma atitude e a uma declaração positiva, que fazemos neste momento: vamos obstruir, na medida extrema de nossas forças, a discussão e votação da emenda constitucional que visa à instituição imediata do parlamentarismo no Estado de São Paulo. (Muito bem! Muito bem!)

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Fernando Mauro.

O SR. FERNANDO MAURO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, o Estado de São Paulo de ontem, dá-nos a grata notícia de uma reunião do Gabinete do Sr. Governador Carvalho Pinto, juntamente com o Secretário da Saúde e da Fazenda, do Sr. Presidente do Instituto de Previdência e Reitor da Universidade de São Paulo, a fim de estudarem a justa pretensão dos médicos funcionários públicos.

Efetivamente é uma solução que deve ser encarada com certa urgência e prioridade pelo Governo, pois o que deseja e pretende a classe médica funcionária pública, não é somente a reivindicação de melhoria de vencimentos. Há também uma melhoria de padrão do serviço, melhores instalações para melhor efetivo e necessário atendimento em todos os setores da Saúde Pública, tendo ainda como incentivo, a pesquisa e o ensino. Nós que somos médicos e mesmo aqueles que não são, e o próprio povo, de há muito estão sentindo o verdadeiro colapso no serviço de Saúde Pública. Não iremos aqui incriminar o Governo, nem o Secretário da Saúde e sim a inflação galopante de que vem sofrendo o País e que não permite que o Governo se estruture e se reequipe de forma a poder dar um padrão de assistência à altura do povo, isto não somente no setor de Saúde Pública mas também no ensino, na agricultura, etc.

A reivindicação dos médicos é justa e honesta. Percebem na data de hoje Cr\$ 33.000,00 e com o aumento previsto, não dá ao médico funcionário público condições de vida humana e profissional para exercer o seu cargo.

Hoje sabemos que a base de um aluguel razoável varia entre 20 e 25 mil cruzeiros em bairros, transporte, alimentação, colégio, vestuário, já superam os vencimentos previstos. O estudo e a aquisição de livros e material para o prosseguimento de sua cultura intelectual para um exercício probo e consciente de sua profissão, como pode ser adquirido?

Cai o padrão de nível médico, cai o padrão de sua cultura, cai o padrão da assistência que efetivamente o profissional deseja e tem vontade de dar ao povo.

As empresas privadas, hoje fazem frente ao poder público, e sofrem as classes de nível universitário propriamente dito, aqueles que tem um maior currículo universitário, como o médico, o advogado, o engenheiro, o agrônomo, um verdadeiro colapso na sua sobrevivência pessoal e profissional.

Estive presente a várias reuniões da A.P.M., junto com os médicos funcionários e posteriormente fiz parte da Comissão que foi ao DEA e a presença do Sr. Governador, onde os representantes dos interesses dos médicos, o Prof. Sebastião Sampaio, Presidente da A.M.B., o Prof. Dr. Henrique Mélega, Presidente da A.P.M., Dr. Salustiano Filho, Secretário Geral da A.M.B., Dr. Jorge Arida, Carlos Augusto Pedreira e Manoel Caetano, tendo o Prof. Carvalho Pinto prometido um estudo imediato.

Esta notícia divulgada pela imprensa da reunião havidia no Gabinete do Sr. Governador, entre Sua Excelência e outras autoridades, para o exame, estudo e necessário atendimento à classe médica, traz para nós, mais um crédito de confiança ao Governo, que está alerta ao interesse e atendimento do problema coletivo do Estado.

Urge agora é o apressamento e a solução rápida do problema e que não fique apenas em objetivo de estudo e sem a solução efetiva.

O memorial e as razões apresentadas pela Associação Paulista de Medicina além de serem convincentes, reais, alertam o Governo da seriedade do problema. A Folha da Manhã de hoje ainda dá notícia que os médicos funcionários públicos estão dispostos a colocar seus postos públicos à disposição da Associação Paulista de Medicina, demonstrando não só a coesão da classe médica como a gravidade da situação, pois aguardam com um prazo determinado o estudo da mesma por parte do Governo.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Dante Perri.

O SR. DANTE PERRI — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, parece-me que o Brasil é um país realmente infeliz. Todos os políticos que conseguem chegar a um cargo destacado de mando usam a carapuça de paquiderme, ficam com a pele insensível, e mesmo com discursos os mais eloquentes não se consegue sequer fazer mover um músculo ou um nervo destes políticos.

Tenho feito elogios merecidos ao Sr. João Goulart, pois que S. Exa. salvou, praticamente, o regime, desfazendo-se daquelas prerrogativas que o povo lhe havia dado.

Entretanto, vejo com surpresa, no último banquete, o Sr. João Goulart afirmar que queria ver ainda se deputados iriam defender o parlamentarismo em praça pública.

Ora, isto é uma coisa que o deputado faz de acordo com sua convocação. Eu já tenho feito declarações sobre o parlamentarismo, fiz início em 10 cidades e vou a Bragança, amanhã. E o Presidente desta Casa — um dos mais altaneiros demócratas — é parlamentarista. Já existe uma emenda parlamentarista nesta Assembleia. O nobre deputado José Maria Costa Neves, homem dotado de grande inteligência, já encaminhou essa emenda, que já conta com uma série de assinaturas favoráveis ao parlamentarismo.

Por isso não entendo como um Mário Telles, parlamentar elegante e eloquente, não faz ouvir a sua voz a favor da tese de seu próprio partido. Estranho também que o nobre deputado Alberto da Silva Azevedo, do Partido Libertador, parlamentarista por excelência, não nos tenha dado a honra e a satisfação de ouvi-lo da tribuna da Assembleia Legislativa do Estado sobre o sistema parlamentarista.

Nestas condições, Sra. Presidente, é necessário, mesmo que o desafio do Sr. Presidente João Goulart seja aceito pelos deputados, que devem sair às ruas, ir às praças públicas para esclarecer o povo, discutindo amplamente a matéria, a fim de que o povo saiba o que quer, o que pode ter através do seu voto absoluto e soberano.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Chaves de Amarante.

O SR. CHAVES DE AMARANTE — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, assomo a esta tribuna para prestar esclarecimentos ao povo de São Paulo sobre o noticiário de jornais de hoje, que atribuem a este deputado uma luta corporal com o nobre deputado Roberto Carlos Alves. Felizmente, as notícias são inverídicas. O que houve ontem entre nós, nas dependências do Gabinete da Casa Civil do Governo do Estado, foi uma discussão, em termos acalorados mas simplesmente uma discussão, em torno de pontos de vista divergentes. Nem eu insultei S. Exa. nem S. Exa. me insultou. Foi uma discussão entre dois colegas, discussão essa que se acalorou pelo entusiasmo com que cada um de nós defendia o seu ponto de vista. Nada mais do que isto, Srs. deputados, houve entre nós. Não houve insultos nem agressão física. Lamento que um jornal do gabarito de "O Estado de São Paulo" distorça de tal forma o acontecido, até informando, inclusive, que deputados que foram apartar a briga receberam bofetões e pontapés. Não houve nada disto. Concoo estavam os nobres deputados Murillo de Sousa Reis, Jairo Azevedo e Benedito Matarazzo, os quais poderão confirmar as minhas palavras houve apenas discussão.